

Esta é a versão em html do arquivo <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Maria%20Sarita%20Mota.pdf>.

Google cria automaticamente versões em texto de documentos à medida que vasculha a web.

Anpuh Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Praia de Botafogo, 480 – 2º andar - Rio de Janeiro

CEP 22250-040 Tel.: (21) 9317-1111

Imagens do mundo rural nas fotografias de Augusto e Aristogiton Malta (1920/30)

M

Doutoranda do C

Imagens do mundo rural

Imagens são mediações entre homem

Rural também é uma imagem. Isto não significa negar a existência da realidade concreta do mundo rural; pelo contrário, trata-se de demonstrar o *rural* como resultado de uma série de representações que possuem historicidade. Tampouco, não se pode negar a materialidade das representações visuais; as imagens podem ser interpretadas como *coisas* que participam das relações

sociais e, mais que isso, como *práticas materiais*, como experiência de mundo.

A imagem fotográfica em sua aderência ao mundo do progresso científico, da maneira percebida nos seus primórdios, seria capaz de transmitir informações fidedignas, ou seja, acreditava-se que o real pudesse produzir uma imagem que lhe fosse fiel. No entanto, sabe-se que o conceito de quanto de imagem não exclui quem os produziu, seja como conceito, seja como fato. Assim é que fotografias de Augusto e Aristogiton Malta se destacam na década de 1920/30, no que estas envolvem a representação da cidade do Rio de Janeiro, como registro das mudanças no espaço e no tempo e, portanto, à cultura de uma época.

O investimento por parte do município do Rio de Janeiro na produção de imagens fotográficas que atestassem sua eficiência administrativa e documentasse suas ações sociais, levou a constituir um acervo fotográfico como o de Augusto Malta. Como artefatos culturais, essas fotografias estão carregadas tanto de subjetividade quanto dos valores da sociedade que os criou. No entanto, dada o contexto de sua produção e divulgação, estão impregnados, essencialmente, pelas marcas do poder. Portanto, não iremos examinar as fotografias como objetos de arte, ou melhor, como expressão de arte desinteressada, uma vez que isso exigiria uma interpretação que extrapola os objetivos deste

‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006:

trabalho. Interessa-nos realçar seu valor de informação; associar a fotografia com os registros memoriais; buscar o sentido dialógico, portanto, socialmente construído e não imanente à fonte visual.

Entre outros valores, a força da informação das fotografias de Augusto Malta serviu como veículo da ação do governo por cinco décadas, contribuindo para nomear certos espaços da cidade, reestruturar outros, enfim, orientar as decisões políticas acerca da remodelação urbana em curso na cidade. Em seu conjunto, as imagens e os discursos produzidos pelas atores políticos, constroem u

cidade. Em seu conjunto, as imagens e os discursos produzidos pelos atores públicos, constroem uma memória discursiva sobre o espaço e, portanto, estão inseridas em uma rede de significados resultantes das práticas sociais; estão relacionados com a idéia de preservação de um patrimônio documental.

O poder legislativo do Distrito Federal, nas duas primeiras décadas do século XX, através Decretos nº 5.160, de 8 de março de 1904 e nº 1.641, de 13 de outubro de 1914, determinou que a Prefeitura providenciasse a conservação de objetos de interesse para a História da Cidade do Rio de Janeiro. Inicialmente, esse serviço ficou a cargo da Diretoria de Estatística e Arquivo; porém, em 1916, através do **Decreto** nº 3201, de 16 de janeiro, o então Prefeito Antonio Prado Junior, em obediência ao Regulamento da Seção do Arquivo daquele órgão, manda “conservar em boa guarda, devidamente catalogados, todos os documentos históricos e administrativos, fotografias e plantas que interessarem ao estudo do território” e ainda determina “ter devidamente resguardadas todas as peças de numismática, livros raros e outros objetos de grande valia para o estudo da história da cidade”.

Esta iniciativa se reveste da maior importância por iniciar ações de transparência administrativa por criar uma prática de gestão documental e assim aumentar a eficácia do controle do acervo arquivístico; por garantir a preservação e a posterior divulgação do patrimônio documental. Com esta intenção, e ainda considerando o caráter mecânico próprio da fotografia e sua modernidade, os poderes públicos a utilizaram como meio preciso de registro. Deste modo, as fotografias de Augusto Malta e de seu filho Aristogiton Malta podem ser examinadas. Tais fotografias fornecem ricas informações sobre os propósitos e feitos da Prefeitura, instrumento de grande valia para governantes e cidadãos, o que não diminui em nada seu valor estético. No entanto, outro valor pode ser adicionado aos benefícios da instituição de arquivos públicos: as fotografias ajudam-nos a compreender a importância da produção simbólica do poder político, como um dos fatores fundamentais para a elaboração e sustentação, no poder, de ideologias hegemônicas.

Das 18 fotografias da série **Fazenda Modelo** de Guaratiba pertencentes ao Arquivo Geral da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, foi possível selecionar 10 fotografias dada a impossibilidade de reproduzir toda a série.ⁱⁱ Essa opção, metodologicamente, considera que “apenas séries fotográficas podem revelar a intenção do fotógrafo”.ⁱⁱⁱ Um rápido exame da série revela que o tempo e o espaço são da

‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006:

conhecer imediatamente, posto que todas as fotografias foram nomeadas, numeradas e datadas pelo próprio fotógrafo, o que facilita a identificação das mesmas, além de direcionar o olhar do pesquisador para o tema.

Esse primeiro indício revela a natureza utilitária e arquivística que as fotografias deveriam assumir como documento visual e fonte histórica, além de indicar uma forma de atribuir identidade e fixar uma memória do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. Como fotógrafos oficiais da Prefeitura, as fotografias dos Malta possuem a chancela de documentos oficiais, produzidos pelo poder público. É razoável supor que a intencionalidade política interferisse na força da imagem produzida.

Contextualizando algumas imagens: a invisibilidade do trabalhador rural

Fotografias são imagens técnicas que transcodem conceitos em super
Decifrá-los é descobrir o que os conceitos sig

A série fotográfica do arquivo dos Malta sobre a Fazenda Modelo de Guaratiba não fornece imagens sobre a mão-de-obra local. Nota-se que apenas duas fotografias registram trabalhadores na Fazenda.^{iv} A que se deve tal ausência de registro visual da mão-de-obra em uma fazenda altamente produtiva? Esse caráter incompleto da fotografia, como, aliás, de qualquer documentação, obriga-nos a contextualizar, a buscar referências em outras fontes. Trata-se aqui da reconstrução de um quadro de referências mais amplo para se compreender o sentido das imagens não em si mesmas, mas em seu contexto.

Pelo Decreto nº 2.441, de 26 de janeiro de 1921, a Fazenda deveria ser transformada em Colônia Agrícola e Granja de Criação da Prefeitura em substituição à Superintendência da Lavoura. Neste mesmo ano, conforme o Fichário de Logradouros de Noronha Santos, a Fazenda produziu 6 mil quilos de milho e 4.080 quilos de alfafa; plantaram-se viveiros de frutas cítricas e foi iniciado um

pomar que, no ano seguinte, possuía 500 árvores frutíferas. Para realizar tamanha produção, a municipalidade deveria contar com determinado número de funcionários envolvidos nas demandas de produção agrícola.^{vi}

Pode-se conjecturar algumas hipóteses sobre este fato. Primeiro, a ausência quantitativa de trabalhadores nas imagens induz a pensar que as atividades desenvolvidas na Fazenda não exigiam trabalho contínuo, ou, como as fotografias são datadas, talvez o registro tivesse sido realizado em um período de descanso dos funcionários ou mesmo algum feriado. Mas pode-se descartar tal hipótese consultando o calendário daquele ano, e pelo simples fato de que Malta era o fotógrafo oficial da Prefeitura,

‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006:

portanto, sua visita fazia parte dos serviços que deveria prestar como funcionário do município. Como se sabe, suas fotografias eram incorporadas aos relatórios da gestão administrativa e serviam para esclarecer o andamento e solução de questões nos planos administrativo, econômico, jurídico e meio sociocultural.^{vii}

No entanto, ao confrontarmos esses dados com os documentos produzidos pela Prefeitura no ano de 1928, obtemos mais uma pista para elucidar nossa questão. A Mensagem do prefeito Prado Junior ao Conselho Municipal em junho daquele ano, prestava conta da sua administração findo o exercício do ano anterior. O relatório incluía os serviços municipais, entre eles o Serviço Florestal Agrícola que, segundo o prefeito, estava sendo reorganizado sem a necessidade de aumento do número de funcionários. A mudança proposta pelo prefeito deveria abranger “a expansão agrícola, a defesa contra a praga das plantas e dos animais, a distribuição de mudas, o auxílio à cultura dos pequenos lavradores, a aração da terra, o fornecimento de sementes, o reflorestamento aonde convier, a

arborização ornamental, a proteção das matas e outras vegetações".^{viii}

Pode-se supor que as fotografias, na época, poderiam ser usadas como valor de prova dos melhoramentos implantados pela Prefeitura na Fazenda Modelo. Portanto, a ausência dos trabalhos nas imagens corrobora com o discurso político do prefeito de não aumentar a mão-de-obra para implementar as mudanças técnicas necessárias ao pleno funcionamento da Fazenda.

Neste mesmo Relatório, o prefeito Prado Junior, que havia visitado a região oito dias após a posse,^{ix} dizia que os lavradores de Guaratiba não se preocupavam com a horticultura. Justificava o Prefeito que “possuindo a Fazenda terras apropriadas para o cultivo de legumes, começou-se a prever uma horta modelo, que em breve poderá servir como instrumento aos agricultores locais, pouco interessados na produção hortícola... A que se deve tal fato narrado pelo prefeito? Quem eram os lavradores de Guaratiba “pouco interessados na produção hortícola”?

Na década de 1920, houve um aumento da entrada de portugueses no Brasil, e uma taxa considerável para a cidade do Rio de Janeiro. Como se sabe, os Censos de 1920/1940 registraram as ocupações de origem dos portugueses e a maioria exercia a atividade de caixeiro. Tão logo se instalavam na cidade, partiam para ocupações voltadas para o comércio varejista. No entanto, Guaratiba também recebeu uma leva de imigrantes portugueses vindos das Ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira, cujas atividades anteriores à travessia oceânica eram em torno da agricultura. Ao instalarem-se na região, tornaram-se sítiantes, posseiros ou arrendatários, e passaram a dedicar-se ao plantio e cultivo de gêneros voltados para o abastecimento dos mercados do subúrbio carioca ou comercializando nas feiras livres da cidade.^{xi} Esses imigrantes especializaram-se naqueles produtos

outros congêneres não tiveram apreciação por parte dessa população. A maioria das hortas cultivadas destinava-se apenas a subsistência familiar.

A resistência portuguesa e dos lavradores locais justificava a iniciativa do Prefeito Prado de introduzir na Fazenda Modelo o plantio de horticultura bem como a avicultura e a ounicultura. A ausência de trabalhadores, portanto, explica-se pela atividade em si executada na Fazenda e não pela falta de braços para as lavouras. A Fazenda destinava-se a resolver os problemas agrícolas da região incrementando atividades negligenciadas pelos lavradores e pequenos produtores rurais de Guaratiba. Cabe ao governo garantir o abastecimento alimentar da população e os produtos hortigranjeiros são de maior consumo depois dos cereais (mesmo não sendo os de maiores lucros para os produtores), são considerados como “amaciadores de crise” tendo prioridade no contexto geral do abastecimento dada a sua grande importância social e econômica.

Outro fator de ordem econômica também contribuiu para que os pequenos produtores locais privilegiassem determinados gêneros em detrimento da horticultura. Em 2 de dezembro de 1930, o Decreto nº 3.392, do interventor Adolpho Bergamini, regulamentou a fiscalização sobre o abastecimento de gêneros de primeira necessidade; fixou preços e estabeleceu multas a serem aplicadas aos infratores que não seguissem aquelas determinações. Ao se analisar a tabela de preços, percebe-se que a laranja tinha os melhores preços; era cotada a 1\$000 a caixa, enquanto os produtos de horticultura eram cotados a \$100. O aipim, vagem e tomate chegavam a \$400 e o chuchu variava de \$800 a 1\$. Portanto, cresceu o plantio da laranja e a região passou a ser uma das maiores produtoras de chuchu, aipim e tomate. As fotografias dos Malta realizadas nos anos 1930-31, ressaltam, principalmente, as laranjeiras e as plantações de aipim da Fazenda.

No entanto, quando os trabalhadores são flagrados pelas lentes dos Malta, eles estão incorporados como um elemento do cenário. Nunca estão em primeiro plano nas fotografias, o que sugere que o “retrato” do rural dispensava fotos de pessoas com envolvimento direto nas atividades agrícolas. A fotografia, nesse sentido, pode funcionar como testemunho de uma realidade onde o trabalho (a transformação da natureza) é registrado e não o trabalhador. Vale lembrar que naquele momento, ainda não existia no país uma legislação trabalhista que atingisse o trabalhador rural.

Breves comentários de algumas imagens da Fazenda Modelo de Guaratiba realizadas por Augusto e Aristogiton Malta

Muitos fotógrafos preferem fotografar em preto-e-branco, porque tais fotografias mostram o verdadeiro significado dos símbolos fotográficos: o universo dos conceitos.

‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006:

Tecnicamente, os planos, a composição e o enquadramento influenciam a construção da imagem. No entanto, concordando com Flusser, as imagens são símbolos conotativos; daí a necessidade de interpretá-los. Neste caso, (foto nº 3), o plano amplo privilegia a visualização de canteiros simetricamente construídos tendo ao fundo uma edificação, a sede da Fazenda. A escritura pública de 1907, ano da aquisição da Fazenda pela Prefeitura, descreve a edificação como “uma casa morada assobrada, com cinco janelas de frente, com todas as dependências, um terreno de subida terreno em que está a morada a qual serve de cocheira e seus respectivos terrenos”.^{xiii} Na foto de Aristogiton Malta, ainda se pode perceber estas características, principalmente pela topografia do terreno e posição da casa.

Na fotografia nº 2, a ferramenta de arar no canto inferior esquerdo do quadro, marca a presença do trabalho ainda que o ato em si não se faça presente. O campo cultivado é fruto de um trabalho invisível que deixa suas marcas na paisagem quase naturalizada pelas lentes do fotógrafo. Mesmo se o fotógrafo tivesse privilegiado ângulos de visualização em que os trabalhadores estivessem ausentes não se destacavam, descobrimos a existência de duas modalidades de trabalho na Fazenda Modelo período em questão: o sistema de colonato e relações de trabalho assalariadas.

O sistema de colonato, outrora vigente, era marcado por relações eminentemente patriarcais onde os trabalhadores habitavam o interior das fazendas de seus patrões, realizavam os mais diversos tipos de serviços nas propriedades rurais e eram remunerados parcialmente em dinheiro ou com a

concessão de áreas para a realização de plantios de subsistência. No que pese a administração pública na década de 1920/30, esse regime ainda se fazia notar na Fazenda Modelo. Este fato pode ser comprovado pelo Decreto nº 3.211, de 31 de janeiro de 1930, que concedia créditos extraordinários para pagamentos de despesas diversas; entre estas destinava a importância de 261:196\$575, para pagamento de indenização proveniente de benfeitorias feitas nos terrenos pertencentes à Fazenda Modelo. Portanto, a Fazenda era ocupada por arrendamento e parte dos serviços prestados era realizada pelos arrendatários.^{xiii}

A fotografia nº 1, de 1923, foi realizada por Augusto Malta dois anos após o Decreto de instituição da Colônia Agrícola e permite acompanhar o desenvolvimento do projeto. A imagem panorâmica ratifica o sucesso do empreendimento municipal ao priorizar a visão dos campos cultivados. Neste mesmo ano, vale lembrar dos investimentos que a Superintendência da Colônia Agrícola recebeu para dinamizar suas ações. Era necessário o acompanhamento do desenvolvimento do projeto, pois na década de 1920, dos 2.088 estabelecimentos rurais existentes no Distrito Federal,

‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006:

estavam localizados em Guaratiba. No entanto, no 23º Distrito, os estabelecimentos rurais mais numerosos eram os menores, de 41ha, ocupados por hortas ou pomares, administrados pelos próprios proprietários.^{xiv} Como vimos, essas pequenas hortas não se destinavam a grande produção para o mercado, o que fez com que o governo adotasse medidas e diretrizes para melhorar o abastecimento alimentar da cidade.

As fotografias selecionadas mostram traços que caracterizariam a sociedade rural. Nelas, a natureza é o elemento primordial. Destaca-se a exploração intensiva dos recursos naturais. Nota-se a encosta dos morros é explorada até seu limite máximo. Portanto, na base do conceito de rural est

dimensão econômica. Neste sentido, o rural se caracteriza por um determinado tipo de atividade: a produção de alimentos através da criação de plantas e de animais. A esta atividade econômica estão vinculados todos os outros traços que caracterizariam o rural, como a diferença ambiental. A necessidade de otimizar a produção justifica a constante interferência da administração pública nos espaços destinados à produção agrícola e pecuária da cidade. As fotografias da Fazenda Modelo de Guaratiba tentam concentrar-se diretamente nas áreas afetadas pela ação do projeto social, dela excluindo as áreas não contempladas pelo programa da Prefeitura. Esta estratégia de representação numa escala menor ressalta, proporcionalmente, a positividade do alcance da política de desenvolvimento rural. Assim, o mundo representado (a imagem fotográfica) prescindiria de um discurso oficial posto que essas imagens seriam o documento a atestar as ações políticas.

‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006:

Foto nº 1. Vista geral do plantio da Fazenda Modelo. 01/11/1923. Augusto Malta. AGCRJ.

Foto nº 2. Vista da plantação da Fazenda Modelo. 01/11/1928. Augusto Malta. AGCRJ.

‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006:

**Foto nº 3. Morro da plantação da Fazenda Modelo. 30/06/1930. Aristogiton Malta.
AGCRJ.**

Foto nº 4. Vista aérea do plantio da Fazenda Modelo. 30/06/1930. Aristogiton Malta. AGCRJ.

Notas

i Augusto Malta foi contratado pelo Prefeito Pereira Passos (gestão 1902-1906) para registrar as obras de melhoramento da cidade do Rio de Janeiro. As lentes de suas câmeras, por três décadas, retrataram a Primeira República à imagem da modernidade que se queria construir. Acompanharam o desmonte de morros, desapropriação de casas, aberturas de estrada, festividades cívicas, o crescimento industrial, o mundo do trabalho, mudanças climáticas, enfim, o cotidiano da metrópole contemporânea. Com a sua aposentadoria, na década de 1930, seu filho, Aristogiton Malta, ocupou o seu lugar como fotógrafo oficial da Prefeitura. Em meio a tantas imagens urbanas, os Malta também registraram imagens do rural na mesma cidade que se tornava cada vez mais urbanizada.

ii Para os limites deste trabalho, selecionamos apenas quatro fotografias sobre a Fazenda Modelo de Guaratiba, sendo duas realizadas por Augusto Malta e outras duas por Aristogiton Malta.

iii Ver Vilém Flusser. *Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, p.34.

‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006:

iv Observamos que nas fotografias de Augusto Malta o mundo do trabalho na cidade é constantemente registrado. Ver, por exemplo, Ciavatta, Maria. *O mundo do trabalho em imagens*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. No entanto, em relação ao mundo rural, não foi ainda possível localizar imagens dos Malta que registrassem o trabalhador rural.

v Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fazenda do Saco – Guaratiba. Códice. 115-5-9.

- vi Em relação ao número de funcionários empregados na Fazenda Modelo, apenas um Boletim da Prefeitura, o de 1930, faz referência ao quantitativo de funcionários e suas respectivas funções e salários.
- vii Ver Maria Ciavatta. *O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica. Rio de Janeiro, 1900-1930*. Rio de Janeiro, DP&A, 2002, p. 44.
- viii Mensagem do Prefeito, Antonio Prado Junior, Prefeito do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1928, p. 189.
- ix Ver Almanaque Suburbano, 1940, p. 8 e 9. Destaca que o Prefeito visitou os subúrbios cariocas e, encantado com a vida do subúrbio que não conhecia, disse: “precisamos principiar pela cozinha”.
- x Mensagem do Prefeito, Antonio Prado Junior, Prefeito do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Oficinas Graphics do Jornal do Brasil, 1928, p. 189.
- xi Na década de 1960 é criada a COBAL com foro no Distrito Federal e, com a sua extinção, na década de 1970, é criada a CEASA. Estas entidades tinham o objetivo de regularizar o mercado e o abastecimento de gêneros alimentícios essenciais em todo o país. Desde fins dos anos 1970, os produtores rurais de Guaratiba vendem o excedente da sua produção, sobretudo o que não é comercializado nas feiras livres, para a CEASA.
- xii Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Fazenda do Saco – Guaratiba. Códice. 115-5-9.
- xiii Foram indenizados neste ano, José Marques Filho, Calixtracto Ladislau dos Santos, José Marques Cruz, Henrique Alves Gallo, Balbina dos Santos, Feliciano dos Santos, Luiz Joaquim Silva, Miguel Augusto Silva, Adelina Gomes de Mattos, João Francisco. Boletim da Prefeitura, jan/jun, 1930, p. 62.
- xiv Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920; agricultura e indústrias. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1924, v.2, part..2.